



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638365 - RJ (2021/0000712-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ORLANDO DAMASO DE ALMEIDA
ADVOGADO : ORLANDO DAMASO DE ALMEIDA - RJ189214
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ANDERSON SILVA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON SILVA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JAPERI (RJ) (Processo n. 0002776-83.2018.8.19.0083).

O paciente encontra-se custodiado pela suposta prática das condutas tipificadas nos arts. 121, § 2º, incisos IV e V, do Código Penal.

O impetrante sustenta que houve, no caso em tela, o previsto no art. 23, II do CP, ou seja, a legítima defesa. Aduz que está há mais de um ano aguardando seu julgamento, o que configuraria excesso de prazo para formação da culpa.

Requer, liminarmente, seja o paciente posto em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Aponta-se como autoridade coatora o Juízo de primeiro grau. Ademais, não há notícia de que houve análise do pedido objeto do presente *writ* pelo Tribunal de origem, razão pela qual é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, c, da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente